

RELATÓRIO ANUAL DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Exercício Financeiro de 2023



RELATÓRIO ANUAL DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO ***Exercício Financeiro de 2023***

Unidade Destino: Gabinete do Prefeito, Câmara Municipal, Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e Ministério Público de Contas.

Prefeito: DAVI CÁSSIO FERNANDES DA SILVA,

Controlador Geral do Município - 2021: ALUIZIO AIRES DASILVA.

Fundamento Legal: Instrução Normativa TCE/RN nº 284/2020, que dispõe sobre a prestação das contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal referentes ao exercício financeiro de 2023.

Interessados: Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e a Sociedade.

INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral do Município em conjunto com o Serviço de Contabilidade, Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento e a Procuradoria Geral, iniciou os trabalhos de análise das informações a partir dos documentos encontrados na sede da Prefeitura Municipal e arquivos eletrônicos do sistema informatizado, utilizado pelo Município. A Controladoria Geral do Município, possui aba específica no portal eletrônico do Poder Executivo, conforme orienta os Tribunais de Contas, para divulgar suas atribuições e ações, o nome dos servidores que a compõem, bem como a forma de acesso à unidade pelos órgãos de fiscalização externa, servidores e pela sociedade.

O Controlador Geral do Município a partir de janeiro de 2021 é o Sr. **ALUIZIO AIRES DA SILVA**, dando início aos trabalhos de análise da documentação na Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN.

FUNÇÃO

A função deste relatório é orientar e demonstrar o controle da gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade. O relatório do órgão central de controle interno do Poder Executivo, conterà, além de parecer conclusivo sobre as contas, avaliação sobre os seguintes aspectos:

- ✓ Cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei orçamentária;
- ✓ Resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- ✓ Observância dos limites para a inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e das condições para a realização da despesa total com pessoal;
- ✓ Aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como em ações e em serviços públicos de saúde;
- ✓ Destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- ✓ Observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo do município;
- ✓ Aplicação de recursos públicos realizada por entidades de direito privado;
- ✓ Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado;
- ✓ Termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento;
- ✓ Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios;
- ✓ Outras informações que desrespeito a execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional.



As informações contidas nesse relatório constituem uma síntese das principais atividades desenvolvidas pela Controladoria Geral do Município, no período de janeiro a dezembro de 2023, incluindo procedimentos de auditoria e análise de despesas e demonstrativos contábeis do exercício financeiro de 2023, tendo por analogia o que dispõe a os artigos 9.A e 9.B da Instrução Normativa TCU nº 88/2020, que alterou a Instrução Normativa TCU nº 71/2012, in verbis:

Art. 3º O Capítulo II da IN-TCU nº 71/2012 será acrescido da Seção V denominada Da Omissão na Transição de Mandatos, a qual será composta pelos artigos 9.A e 9.B, conforme redação abaixo:

Art. 9.A. Nos casos de omissão, a corresponsabilidade do sucessor não alcança débitos relacionados a recursos geridos integralmente por seu antecessor, sem prejuízo da sanção ao sucessor quando este for omisso em prestar, no prazo devido, as contas referentes aos atos de seu antecessor.

Parágrafo único. O sucessor poderá responder pelo débito, na hipótese prevista neste artigo, quando ele der causa à paralisação indevida da execução do objeto, iniciada pelo antecessor, a qual resulte em imprestabilidade total da parcela executada.

Art. 9.B. Quando o período de gestão integral dos recursos não coincidir com o mandato em que ocorrer o vencimento da prestação de contas, havendo dúvidas sobre quem deu causa à omissão, antecessor e sucessor serão notificados para recolher o débito, prestar contas ou apresentar justificativas sobre a omissão, o primeiro por supostamente não ter deixado a documentação necessária para que o sucessor pudesse prestar contas e o segundo por ter descumprido o dever de apresentar a prestação de contas no prazo devido.

Parágrafo único. O sucessor poderá se eximir da responsabilidade sobre a omissão se, cumulativamente, demonstrar a adoção de medida legal de resguardo ao patrimônio público e apresentar justificativas que demonstrem a impossibilidade de prestar contas no prazo legal, acompanhadas de elementos comprobatórios das ações concretas adotadas para reunir a documentação referente às contas.

A atuação foi especificamente em comprovação da legalidade e a legitimidade da despesa pública e procedimentos administrativos, contábeis, financeiros, operacionais e patrimoniais.

AMBIENTE INTERNO

A Constituição Federal de 1988 faz referência ao Sistema de Controle Interno, que deve ser institucionalizado mediante lei em cada esfera de governo. Desta forma pode se concluir que o funcionamento do Sistema de Controle Interno do Município tem que estar inserido na estrutura organizacional de cada Poder. Isso envolve um conjunto de atividades de controle exercidas internamente em todas as Unidades Administrativas, sob a coordenação de um órgão central, neste caso a Controladoria Geral do Município.

Diferente do que a maioria dos órgãos fiscalizadores entende, não há subordinação da Controladoria Geral do Município aos órgãos de fiscalização externa, em especial a Câmara de Vereadores. O órgão de controle possui autonomia funcional. Isso significa que não existe subordinação hierárquica da Controladoria Geral do Município a nenhuma unidade administrativa, devendo reportar, sempre que necessário, à autoridade competente. Embora a Controladoria esteja sempre à disposição para colaborar com os órgãos de fiscalização externa, que raramente faz uso deste mandamento constitucional (*inciso IV do art. 74 CF/88*).

A Controladoria Geral do Município exerce a fiscalização em quase todos os órgãos municipais, emitindo atos de auditoria e orientações técnicas através das instruções normativas e pareceres. No ano de 2023 foram expedidos:

- ✓ **Emissão de Orientações Técnicas;**
- ✓ **Emissão de Pareceres da Controladoria para dispensas, Inexigibilidades, Pregões e Chamada Públicas;**
- ✓ **Acompanhamento presencial em obras Públicas.**

Para o exercício eficaz de suas atividades, a Controladoria Geral contou com o apoio do gestor e boa instalação física, em especial de assessoria especializada, além de contar com um quadro de pessoal técnico e administrativo qualificado.

Alguns fatores, entretanto, precisam ser aperfeiçoados. Dentre eles destacam-se, criação de estrutura física para o funcionamento do Almoxarifado e o efetivo registro dos bens móveis e imóveis do município adquiridos ao longo do exercício financeiro para sua devida manutenção e acompanhamento.



FUNDEB

Aplicação dos Recursos do FUNDEB:

Este parecer objetiva proceder análise dos demonstrativos das prestações de contas desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN, em acompanhamento da aplicabilidade dos recursos, consoante a Lei Federal nº 8.666/1993. Este documento foi desenvolvido partindo da análise dos demonstrativos disponibilizados pelo setor de contabilidade por intermédio do Senhor HUGO RICARDO FERNANDES TORRES, contador municipal, com registro nº CRC/PB 012601/O T-RN.

Demonstrativos:

Apensado a este parecer, segue demonstrativos extraídos do site do Banco do Brasil <https://www42.bb.com.br/portallbb/daf/beneficiario,802,4647,4652,0,1.bbx> que é um link de acesso aberto para consulta pública das receitas advindas do FUNDEB durante o exercício financeiro de 2023, em que podemos observar, além desta consulta apenas, retirada dos balancetes contábeis as receitas provenientes de rendimento de aplicação financeira do recurso em discussão, senão vejamos:

RECEITAS DO FUNDEB 2023

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	4.271.600,00	3.891.997,20
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.955.000,00	3.838.634,54
6.1.1- Principal	3.955.000,00	3.829.208,13
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	9.426,41
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	111.100,00	0,00

RIACHO DE SANTANA

6.2.1- Principal	111.100,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAAT	104.500,00	53.362,66
6.3.1- Principal	104.500,00	53.362,66
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	101.000,00	0,00
6.4.1- Principal	101.000,00	0,00
6.4.2- Rendimento de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	563.000,00	458.795,04

DESPESAS DO FUNDEB 2023

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	4.422.083,40	3.891.997,20	3.891.997,20	3.891.997,20	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.437.901,00	3.136.747,80	3.136.747,80	3.136.747,80	0,00
10.1.1- Educação Infantil	1.213.507,00	611.450,33	611.450,33	611.450,33	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	2.061.132,00	2.525.297,47	2.525.297,47	2.525.297,47	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	55.762,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	107.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	984.182,40	755.249,40	755.249,40	755.249,40	0,00
10.2.1- Educação Infantil	70.268,40	39.904,16	39.904,16	39.904,16	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	844.414,00	715.345,24	715.345,24	715.345,24	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	26.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	43.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VALOR APLICADO NO FUNDEB

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal ²	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO ¹⁰ (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.724.398,04	3.136.747,80	3.136.747,80	80,59
16 - PROPORÇÃO DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	53.362,66	53.362,66	100,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	8.004,40	8.057,00	8.057,00	15,10

PARECER CONCLUSIVO

O controle social do FUNDEB do município de Riacho de Santana/RN, em atendimento às exigências legais e a regulamentação vigente, é de parecer pela aprovação nas contas de gestão referente ao exercício financeiro de 2023, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao tribunal de contas do estado do Rio Grande do Norte.

A opinião supra está consubstanciada no resultado do acompanhamento dos demonstrativos orçamentários, financeiros, contábeis e na documentação que fundamenta os registros e as informações relativas ao ano corrente, examinadas à luz dos preceitos e normas de administração pública e nos critérios estabelecidos.

A opinião supra não é lide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que ensejarem. Tendo em vista que esse corpo técnico trabalha em consonância com outros departamentos na obtenção de informações, como: conselho de educação, conselho do FUNDEB.



Em sinopse o valor arrecadado do FUNDEB foi de R\$ 3.891.997,20 em que se classifica R\$ 3.838.634,54 pelo valor formado das transferências constitucionais de impostos; O valor de R\$ 9.426,41 de rendimento de aplicação financeira; O valor de R\$ 53.362,66 de VAF; E o valor de R\$ 00 de VAAT.

Em contrapartida notamos que as despesas com recursos de FUNDEB, conforme consulta a quadro demonstrativos acima, nota-se que a despesa foi superior ao valor arrecadado em R\$ 673.614,51 o que dá uma média de desembolso mensal de R\$ 56.134,54 de recursos próprios para contrapartida de custeio das despesas em questão. Desta forma os indicadores do Art. 212- A, INC 11 e parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988, ASSIM COMO A Lei Federal 14.113 de 2020 que regulamenta o FUNDEB, discorre sobre o percentual mínimo a ser aplicado na remuneração dos profissionais do magistério que é 70º do valor arrecado. Diante disso o valor mínimo exigido era de R\$ 2.724.398,04, entretanto o valor aplicado foi de R\$ 3.136.747,80, o que leva ao percentual de 80,59% aplicado. Esta unidade de controle interno percebe que o ente cumpriu o estabelecido em norma.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.

A gestão orçamentária e financeira do Município é atribuição da Secretaria Municipal de finanças. A Controladoria Geral do Município com o auxílio do serviço de Contabilidade estabeleceu metodologia de acompanhamento da execução orçamentária por meio dos quadros de cotas trimestrais da despesa, as metas financeiras por meio do cronograma mensal de desembolso, não sendo necessário fazer constar neste relatório os dados de acompanhamento mensal, mas uma análise das demonstrações contábeis conforme quadro abaixo:

	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA/RN.		
	Rua Manoel de Souza Lima, 350 - Centro - 59.987-000 - Riacho de Santana/RN CNPJ: 08.357.634/0001-08 alcombinidade@gmail.com	Usuário: RUIGO RICARDO	Clave de Autenticação 1806-3234-073

Anexo 8 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vínculo com os Recursos

Valores em R\$ - Período: 01/01/2023 até 31/12/2023

Despesa realizada: Empenhada

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
1	Legislativa	1.094.832,77		1.094.832,77
1 31	Ação Legislativa	1.094.832,77		1.094.832,77
1 31 2000	AÇÃO DO LEGISLATIVO	1.094.832,77		1.094.832,77
4	Administração	3.344.909,18	351.091,92	3.696.001,10
4 122	Administração Geral	3.344.909,18	351.091,92	3.696.001,10
4 122 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.344.909,18	351.091,92	3.696.001,10
8	Assistência Social	678.639,75	318.802,28	997.442,03
8 122	Administração Geral	343.709,41		343.709,41
8 122 5000	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	343.709,41		343.709,41
8 243	Assistência à Criança e ao Adolescente	157.250,06	93.029,90	250.279,96
8 243 5000	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	157.250,06	93.029,90	250.279,96
8 244	Assistência Comunitária	177.680,28	225.772,38	403.452,66
8 244 5000	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	177.680,28	225.772,38	403.452,66
9	Previdência Social	10.920,00		10.920,00
9 271	Previdência Básica	10.920,00		10.920,00
9 271 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	10.920,00		10.920,00
10	Saúde	4.203.070,71	2.996.929,70	7.200.000,41
10 301	Atenção Básica	3.521.405,41	2.652.691,83	6.174.097,24
10 301 6000	GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	3.521.405,41	2.652.691,83	6.174.097,24
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	681.665,30	320.406,30	1.002.071,60
10 302 6000	GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	681.665,30	320.406,30	1.002.071,60
10 304	Vigilância Sanitária		23.831,57	23.831,57
10 304 6000	GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE		23.831,57	23.831,57
11	Trabalho	231.063,56		231.063,56
11 331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	231.063,56		231.063,56
11 331 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	231.063,56		231.063,56
12	Educação	1.797.128,44	4.230.207,58	6.027.336,02
12 122	Administração Geral	435.721,76	45.646,38	481.368,14
12 122 4000	INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	435.721,76	45.646,38	481.368,14
12 306	Alimentação e Nutrição	16.333,07	77.166,55	93.499,62
12 306 4000	INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	16.333,07	77.166,55	93.499,62
12 361	Ensino Fundamental	1.061.441,65	2.809.440,21	3.870.881,86
12 361 4000	INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	1.061.441,65	2.809.440,21	3.870.881,86
12 365	Educação Infantil	248.200,81	1.249.054,49	1.497.255,30
12 365 4000	INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	248.200,81	1.249.054,49	1.497.255,30
12 366	Educação de Jovens e Adultos	6.440,39	46.599,95	53.040,34
12 366 4000	INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	6.440,39	46.599,95	53.040,34
12 368	Educação Básica	28.990,76	2.300,00	31.290,76
12 368 4000	INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	28.990,76	2.300,00	31.290,76
13	Cultura	285.829,12	60.482,35	346.311,47
13 392	Difusão Cultural	285.829,12	60.482,35	346.311,47
13 392 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	285.829,12	60.482,35	346.311,47
15	Urbanismo	2.404.591,78	80.832,48	2.485.424,26
15 451	Infra-Estrutura Urbana	563.778,34	80.832,48	644.610,82
15 451 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	563.778,34	80.832,48	644.610,82

	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA/RN. <small>Rua Manoel de Souza Lima, 350 - Centro - 59.987-000 - Riacho de Santana/ RN CNPJ: 08.357.634/0001-08 atencabidade@riachosantana.com.br</small>		
		<small>Usuário: HUGO RICARDO</small>	<small>Chave de Autenticação 1886 3234-073</small>

Anexo 8 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vínculo com os Recursos

Valores em R\$ - Período: 01/01/2023 até 31/12/2023

Despesa realizada: Empenhada

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
15 452	Serviços Urbanos	1.840.813,44		1.840.813,44
15 452 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.840.813,44		1.840.813,44
20	Agricultura	759.604,98		759.604,98
20 122	Administração Geral	467.272,98		467.272,98
20 122 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	467.272,98		467.272,98
20 606	Extensão Rural	292.332,00		292.332,00
20 606 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	292.332,00		292.332,00
23	Comércio e Serviços	39.275,00		39.275,00
23 695	Turismo	39.275,00		39.275,00
23 695 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	39.275,00		39.275,00
25	Energia	537.374,83		537.374,83
25 752	Energia Elétrica	537.374,83		537.374,83
25 752 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	537.374,83		537.374,83
26	Transporte	605.333,04		605.333,04
26 122	Administração Geral	605.333,04		605.333,04
26 122 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	605.333,04		605.333,04
27	Desporto e Lazer	134.201,06	238.749,03	372.950,09
27 812	Desporto Comunitário	134.201,06	238.749,03	372.950,09
27 812 3000	GESTÃO DA POLÍTICA DE ESPORTES E LAZER	134.201,06	238.749,03	372.950,09
28	Encargos Especiais	188.892,26		188.892,26
28 841	Refinanciamento da Dívida Interna	188.892,26		188.892,26
28 841 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	188.892,26		188.892,26
Total		16.315.666,48	8.277.095,34	24.592.761,82
TOTAL GERAL		16.315.666,48	8.277.095,34	24.592.761,82

Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Riacho de Santana, Prefeitura Municipal de Riacho de Santana, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social

Devi Cassio Fernandes da Silva

Prefeito

CPF 069.356.334-06

Hugo Ricardo Fernandes Torres

CONTADOR

Reg. CRC-PB 012601/O-11-RN

[Assinatura]

Neste sentido a Controladoria Geral do Município considerar a execução orçamentária da receita eficiente, atingindo o planejado para o exercício de 2023.

Em se tratando das peças elaboradas de planejamento orçamentário, acompanhamos a programação e planificação das ações nelas inseridas através dos relatórios expedidos e requeridos ao setor de contabilidade afim de analisar a compatibilidade entre as peças e as possíveis discrepâncias dos valores previstos e fixados no orçamento. Em suma, averiguamos que a execução se aproxima do planejado, entretanto aquelas que observamos valores de grande vulto e não executas são as provenientes dos projetos de possíveis termo de convênios congêneres, termo de parcerias, emendas parlamentares e afins.

Em se tratando de gestão patrimonial o município não possui implantado equipe especializada para gestão e acompanhamento das aquisições, amortizações, depreciações, atualizações dos bens moveis e imóveis muito menos registro de qualquer norma local que regulamente esses atos e fatos administrativos para dar Fidedignidade a real situação do patrimônio público. Recorremos ao chefe do executivo e alertamos de maneira informal através de reuniões a necessidade de reavaliar e regulamentar as informações.

Limites e Condições para a Realização da Despesa Total com Pessoal

10-05





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA/RN.

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro/2023 a Dezembro/2023

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.393.980,36	0,00
Pessoal Ativo	10.393.980,36	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	8.530.766,31	0,00
Obrigações Patronais	1.863.214,05	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
Despesa com Pessoal Não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6.717,12	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração	6.717,12	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	10.387.263,24	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.012.932,18	---
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	---
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)	0,00	---
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA O CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	24.012.932,18	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	10.387.263,24	43,26
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	12.966.983,38	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	12.318.634,21	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.670.285,04	48,60

Fonte: Sistema e-Pública (1647-1030-423). Unidade Responsável: . Data da emissão: 16/04/2024 e hora de emissão: 11:31.

Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuam a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser anulados.

O art. 19 da LRF estabelece que o Município não deve gastar com pessoal mais do que 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), distribuídos entre os Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, 54% e 6%, calculados sobre o somatório da RCL acumulada nos últimos 12 meses.

O limite de alerta que deve ser dado pela Controladoria Geral ao Chefe do Poder Executivo é quando a despesa com pessoal atingir 90% do limite permitido (90% de 54% da RCL) que corresponde a 48,60% da RCL. Sendo assim, com o atingimento de 48,60% da RCL com gastos com pessoal, já cabe a emissão de alerta ao Gestor.

Previamente, compreendemos que o ente cumpriu a rigor os limites constitucionais, tomando as medidas para represar e conter o superavit de despesas com pessoal. Entretanto, com a limitação desta controladoria, impossibilitou o acompanhamento da maioria dos atos e fatos administrativos que compete ao setor de recursos humanos, desde fiscalização da correta aplicação salarial, dos pisos, dos reajustes, das incorporações salariais, da legalidade das admissões, do pagamento dos encargos previdenciários. Em suma, por esta controladoria tratar de um corpo técnico que limita a um membro, inviabiliza emissão de pareceres mais delineados.

Aplicação dos Recursos na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino

A Controladoria Geral do Município analisou a movimentação dos valores correspondentes às fontes de recursos destinadas ao ensino foram feitas em contas específicas, sendo as transferências realizadas de forma regular. O quadro extraído do sistema contábil demonstra os seguintes valores aplicados no ensino:

VALOR DOS RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO



DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	2.588.979,00	1.714.503,44	1.654.544,27	1.640.482,94	59.959,17
20.1- Educação Infantil	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00
20.2- Ensino Fundamental	2.588.979,00	1.414.503,44	1.354.544,27	1.340.482,94	59.959,17
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Relatório emitido da página nº 4 dos dados do SIOPE pelo link
<http://www.fnade.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal2006.do>

RIACHO DE SANTANA

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL		VALOR	
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)		1.714.503,44	
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)		3.370.413,09	
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)		0,00	
25- (+) VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)		0,00	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS ⁴		0,00	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))		0,00	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 + 25) - (24 + 26 + 27)		5.084.916,53	
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2.e.9	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	5.483.418,40	5.084.916,53	27,06

Relatório emitido da página nº 5 dos dados do SIOPE pelo link
<http://www.fnade.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal2006.do>

SOMA DOS VALORES EMPENHADOS DO FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS



JP

Para as aplicações em despesas com recursos próprios em educação, analisando o quadro do relatório resumido de execução orçamentária do sexto bimestre de 2023 percebe-se que, o ente atingiu os percentuais que preceituam a lei de responsabilidade fiscal, assim como, o que preceitua o artigo 212 da Constituição federal de 1988. Desta feita os relatórios apresentaram as pouca técnicas que o município de Riacho de Santana conseguiu alçar os percentuais mínimos de aplicação em educação e valorização do magistério. Percentual mínimo de aplicação em educação de 25%.

CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.891.997,20	3.875.354,38	3.875.354,38	16.642,82	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.838.634,54	3.821.991,72	3.821.991,72	16.642,82	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	53.362,66	53.362,66	53.362,66	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.136.747,80	3.136.747,80	3.136.747,80	0,00	0,00	
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	53.362,66	53.362,66	53.362,66	0,00	0,00	
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	8.057,00	8.057,00	8.057,00	0,00	0,00	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal²	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO¹⁰ (m)		
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.724.398,04	3.136.747,80	3.136.747,80	80,59		
16 - PROPORÇÃO DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	53.362,66	53.362,66	100,00		
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	8.004,40	8.057,00	8.057,00	15,10		

40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	636.153,68		136.813,45
EMENDA CONSTITUCIONAL 119/2022 (EXCLUSIVO DO SIOPE)	VALOR EXIGIDO (aj)	VALOR APLICADO (ak)	DIFERENÇA/COMPENSAÇÃO (al)
41 - DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXIGIDO E O APLICADO EM 2020	2.724.129,61	1.542.272,48	1.181.857,13
42 - DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXIGIDO E O APLICADO EM 2021	3.628.558,80	3.632.853,44	-4.294,64
43 - DIFERENÇA A MENOR ENTRE O VALOR APLICADO E O EXIGIDO EM 2020 E 2021	0,00	0,00	1.177.562,49
44 - VALOR COMPLEMENTADO NA APLICAÇÃO EM MDE EM 2022	4.463.887,53	4.855.884,66	391.997,13
45 - VALOR NÃO COMPLEMENTADO DO TOTAL NÃO APLICADO EM MDE EM 2020 E 2021	0,00	0,00	785.565,36

FONTE: Sistema: SIOPE, Unidade Responsável: FNDE/MEC, Data da Emissão:

¹Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspondem ao disposto na legislação.

²Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

³Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁶As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

⁷Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

⁸Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

⁹Nesta coluna não devem ser informados valores inferiores a 0 (zero).

¹⁰Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

XX

21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	7.011.062,40	5.606.500,64	5.546.541,47	5.532.480,14	59.959,17
--	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	------------------

21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.283.775,40	951.354,49	951.354,49	951.354,49	0,00
21.1.1- Creche	1.213.507,00	566.144,67	566.144,67	566.144,67	0,00
21.1.2- Pré-escola	70.268,40	385.209,82	385.209,82	385.209,82	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	5.727.287,00	4.655.146,15	4.595.186,98	4.581.125,65	59.959,17

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					1.714.503,44
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					3.370.413,09
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					0,00
25- (+) VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)					0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS ⁴					0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(a)) + L30.2(a))					0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 + 25) - (24 + 26 + 27)					5.084.916,53

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 6	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)			% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	5.483.418,40	5.084.916,53			27,06
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE⁵	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	53.635,78	0,00	53.635,78	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	53.635,78	0,00	53.635,78	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		2.674.100,00	205.608,97
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)		2.345.600,00	205.608,97
31.1.1- Salário-Educação		107.500,00	83.048,98
31.1.2- PDDE		6.600,00	0,00
31.1.3- PNAE		83.000,00	73.883,65
31.1.4- PNATE		70.500,00	48.876,33
31.1.5- Outras Transferências do FNDE		2.078.000,00	0,00
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		328.500,00	0,00

31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO				0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO				0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	1.629.365,00	420.835,38	391.301,69	391.301,69	29.533,69
32.1 EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.629.365,00	420.835,38	391.301,69	391.301,69	29.533,69
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA Até o Bimestre (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	8.640.427,40	6.027.336,02	5.937.843,16	5.923.781,83	89.492,86
33.1- Despesas Correntes	7.424.963,40	5.970.925,40	5.888.712,54	5.874.651,21	82.212,86
33.1.1- Pessoal Ativo	5.856.223,40	4.873.800,99	4.873.800,99	4.873.800,99	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, concessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	1.568.740,00	1.097.124,41	1.014.911,55	1.000.850,22	82.212,86
33.2- Despesas de Capital	1.215.464,00	56.410,62	49.130,62	49.130,62	7.280,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, concessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas Capital	1.215.464,00	56.410,62	49.130,62	49.130,62	7.280,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA		FUNDEB (ah)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)	
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022			636.153,68		37.555,08
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)			3.891.997,20		83.048,99
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)			3.891.997,20		0,00
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE			636.153,68		120.604,07
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)			0,00		16.209,38
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)			0,00		0,00

Dados obtidos do SIOPE, sobre a movimentação da educação no tocante a recursos próprios, FUNDEB e transferências do FNDE.

Aplicação dos Recursos em Ações e em Serviços Públicos de Saúde, com Especificação dos Índices Alcançados.

O próximo demonstrativo relata as receitas para fim de apuração da despesa mínima com ações de serviço público em saúde que é de 15%, além do que, segrega as despesas incorridas com as transferências do SUS e o percentual atingido que foi ASPS de acordo com LC 142.

16/04/2024, 11:42

SIOPS - Demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal

ATENÇÃO BÁSICA (XII) = (IV + XXXIII)	6.203.465,00	6.982.425,60	6.174.097,34	86,42	5.805.282,67	83,14	5.746.677,86	82,30	365.814,57
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XIII) = (V + XXXIV)	1.357.500,00	1.234.867,00	1.002.071,60	81,15	985.231,60	73,79	980.897,80	79,44	16.843,00
SUporte profilático e terapêutico (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XIV) = (VI + XXXV)	153.000,00	63.900,00	23.831,57	37,30	21.620,00	34,16	21.820,00	34,16	2.011,57
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XVI) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XVII) = (X + XXXIX)	757.000,00	293.245,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XVIII) = (XII + XIII)	8.470.965,00	8.574.377,60	7.200.000,41	83,97	6.812.334,27	79,46	6.749.395,66	78,72	387.665,14
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 9º da Lei Complementar 173/2020	5.142.000,00	3.963.841,60	2.996.929,70	75,61	2.797.662,57	70,58	2.759.093,07	69,61	199.257,13
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XIX)	3.328.965,00	4.610.536,00	4.203.070,71	91,16	4.014.671,70	87,08	3.990.302,59	86,56	188.399,01

16/04/2024, 11:42

SIOPS - Demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal

Demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal

UF: Rio Grande do Norte	MUNICÍPIO: Riacho de Santana
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Exercício de 2023 Dados Homologados em 12/02/24 09:43:23	

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	496.000,00	496.000,00	527.413,32	106,55
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	30.000,00	30.000,00	3.844,66	12,82
IPTU	30.000,00	30.000,00	3.844,66	12,82
Multas, Juros de Mora, Unidade Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITSS	15.000,00	15.000,00	7.500,00	50,00
ITSS	15.000,00	15.000,00	7.500,00	50,00
Multas, Juros de Mora, Unidade Ativa e Outros Encargos do ITSS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Rendimentos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	300.000,00	300.000,00	369.651,92	123,22
RECIBTA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.960.000,00	16.960.000,00	16.852.068,75	99,36
Cota-Parte FPM	14.500.000,00	14.500.000,00	14.315.504,86	98,72
Cota-Parte ITBI	5.000,00	5.000,00	255,15	5,10
Cota-Parte do IPVA	150.000,00	150.000,00	114.671,32	76,45
Cota-Parte do ICMS	2.300.000,00	2.300.000,00	2.415.947,72	105,04
Cota-Parte do IPI - Repetição	5.000,00	5.000,00	4.879,70	97,59
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (II) = (I) + (II)	17.456.000,00	17.456.000,00	17.399.482,07	99,67

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.695.955,00	3.896.199,00	3.521.435,41	91,55	3.349.846,40	87,09	3.329.811,09	85,57	17.159,97
Despesas Correntes	2.402.955,00	3.770.199,00	3.521.435,41	93,40	3.349.846,40	88,85	3.329.811,09	88,32	17.159,97
Despesas de Capital	293.000,00	126.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	622.500,00	709.857,00	681.605,30	97,03	664.625,30	93,78	660.491,50	98,30	15.840,00
Despesas Correntes	617.500,00	703.857,00	681.605,30	97,64	664.625,30	89,38	660.491,50	88,80	15.840,00
Despesas de Capital	5.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE FARMACOLÓGICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	17.500,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	15.500,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XII) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (IX) + (X)	3.308.955,00	4.610.506,00	4.203.040,71	91,16	4.014.671,70	87,08	3.990.302,59	86,55	188.399,01

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS		DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XII)		4.203.040,71	4.014.671,70	3.990.302,59
(-) Restos a Pagar Inscritos Individualmente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)		0,00	n/a	n/a
(.) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)		0,00	0,00	0,00
(.) Despesas Custeadas com Outras Utilidades de Cabeça Vinculadas aos Restos a Pagar Cancelados (XV)		0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII) - (XIII) - (XIV) - (XV)		4.203.040,71	4.014.671,70	3.990.302,59
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (XVI) x 15% (LC 141/2012)				2.605.022,31
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (XVI) x 1% (Lei Orgânica Municipal)				n/a
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI) - (XVII) - (XVIII)		1.596.148,40	1.407.749,39	1.385.280,28
Limite não Cumprido (XX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)		0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XXI) = (XVI) / 100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		24,16	23,10	22,86

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (i) = (h) - (j ou k)
		Empenhadas (l)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

sioips.datasus.gov.br/rol_LRF.php

1/3

16/04/2024, 11:42

SIOPS - Demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal

TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------

EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscritos indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIII d)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = (o + q) - (u)
Empenhos de 2023	2.606.922,31	4.203.070,71	1.596.148,40	212.708,12	0,00	0,00	0,00	212.708,12	0,00	1.596.148,40
Empenhos de 2022	2.484.865,09	3.819.527,75	1.334.662,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.334.662,66
Empenhos de 2021	2.037.297,59	2.860.974,92	823.677,33	0,00	64.115,68	0,00	0,00	0,00	0,00	887.793,01
Empenhos de 2020	1.115.023,78	1.581.316,84	466.293,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	466.293,06
Empenhos de 2019	1.410.073,38	1.681.202,71	271.129,33	0,00	145.118,02	0,00	0,00	0,00	0,00	416.247,35
Empenhos de 2018	1.599.176,07	1.732.762,81	133.586,74	0,00	316.660,99	0,00	0,00	0,00	0,00	450.138,73
Empenhos de 2017	1.506.899,32	2.481.009,71	894.110,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	894.110,39
Empenhos de 2016	1.527.271,37	1.540.969,30	4.27.697,93	0,00	373.225,72	0,00	0,00	0,00	0,00	795.923,65
Empenhos de 2015	1.336.915,34	1.690.256,82	353.310,48	0,00	289.543,38	0,00	0,00	0,00	0,00	642.853,86
Empenhos de 2014	1.258.353,06	1.735.730,50	477.377,44	0,00	681.733,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1.159.110,70
Empenhos de 2013	1.179.830,53	1.583.306,13	403.475,60	0,00	693.638,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.087.054,45

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XIII) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XIII) (valor informado na demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XIII) = (XIII - XIII) (Artigo 24 § 2º da L.C. 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 246, 1º e 2º DA L.C. 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ³ (xa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
REC. DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	3.134.268,06	0,00
Provenientes da União	0,00	0,00	3.130.968,78	0,00
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	3.299,28	0,00
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXIII) = (XXX + XXXI + XXXII)	0,00	0,00	3.134.268,06	0,00

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	3.514.500,00	3.136.226,60	2.662.691,81	84,58	2.455.436,27	78,29	2.416.866,77	77,06	197.255,56
Despesas Correntes	2.426.000,00	3.061.117,00	2.662.691,81	96,66	2.455.436,27	80,21	2.416.866,77	78,95	197.255,56
Despesas de Capital	1.088.500,00	75.109,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	735.000,00	485.070,00	320.406,30	65,93	320.406,30	65,93	320.406,30	65,93	0,00
Despesas Correntes	278.000,00	473.313,00	320.406,30	67,69	320.406,30	67,69	320.406,30	67,69	0,00
Despesas de Capital	457.000,00	12.657,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE, PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	135.500,00	48.400,00	23.831,57	49,24	21.820,00	45,08	21.820,00	45,08	2.011,57
Despesas Correntes	132.000,00	44.900,00	23.831,57	53,58	21.820,00	48,60	21.820,00	48,60	2.011,57
Despesas de Capital	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	757.000,00	293.245,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	757.000,00	293.245,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX)	5.142.000,00	3.963.841,60	2.996.925,70	75,61	2.797.662,57	70,58	2.759.093,07	69,61	199.267,13

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	

sioips.datasus.gov.br/rol_LRF.php

2/3

Os quadros acima são resultado da apuração do anexo 12 do relatório resumido de execução orçamentária que tem como função apresentar arrecadação as receitas que devem compor a memória de cálculo do mínimo de aplicação em ações de serviço público em saúde que é de 15%. Além disso este quadro tem como função apresentar em sua totalidade as despesas com saúde e os valores arrecadados transferências do SUS assim como as suas despesas. De acordo com as normas estabelecidas identificamos que o ente cumpriu o limite mínimo de aplicação em serviços públicos de saúde com recursos próprios. Reconhecemos também que nesta unidade orçamentária no que é exigido, incorreu o cumprimento do que é estabelecido. Resta destacar que este órgão de controle interno reconhece, as limitações em acompanhar nesta área os procedimentos realizados, o material hospitalar e laboratorial adquirido, o uso de EPIs pelos profissionais, visitas às instalações físicas.

A documentação comprobatória das receitas e despesas da saúde encontra-se em pastas separadas de fácil acesso para possíveis verificações do Conselho de Saúde e para o Tribunal de Contas do Estado. No entanto, a Controladoria Geral do Município em 2023 fez verificação da legitimidade e legalidade das despesas em procedimento de auditoria.

Obras e Engenharias

Reproduzindo fatos anteriores, notificamos a necessidade de um membro neste controle interno possuidor de conhecimento técnico na área de engenharia e arquitetura, para que, de forma opinativa, pudesse avaliar. Esta competência ficou e fica a ofício da engenharia contratada pelo ente, em que identificamos ser a parte competente em prestar esclarecimentos e responsabilizar ser por lavrar qualquer ato improbo para a administração pública.

Nos foi apresentado o seguinte quadro:





MODELO 14 - MAPA DEMONSTRATIVO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Item	Descrição da obra ou serviço de engenharia	Regime de Execução	Número do Contrato	Contratado	CNPJ	Número do Convênio	Conveniente		Valor Previsto	Valor Realizado	Situação da Obra
							Nome	CNPJ			
1	Pavimentação em Paralelepípedo em diversas ruas	Indireta Empreitada por Preço Global: Tomada de preços nº 00001/2021	10060/2021	J D CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	17.495.347/0001-55	885659/2019 / MDR	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 337.802,34	R\$ 337.802,34	Finalizada
2	Construção de Canteiros Centrais	Indireta: Tomada de preços nº 0002/2021	12100/2021	LEONARDO VALENTIM DE FIGUEIREDO EIRELI	29.262.608/0001-76	Recurso Próprio	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 100.523,31	R\$ 100.523,31	Finalizada
3	3ª Etapa dos Serviços de Ampliação e Modernização do Estádio Pai Cajé	Indireta Empreitada por Preço Global: Tomada de preços nº 00003/2021	01030/2021	M H F DE FREITAS EIRELI	14.148.901/0001-30	890364/2021 - CIDADANIA	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 282.827,73	R\$ 192.083,43	Andamento
5	Construção de Passagem Molhada	Direta: Dispensa nº DV00130/2021	12080/2021	LEONARDO VALENTIM DE FIGUEIREDO EIRELI	29.262.608/0001-76	Recurso Próprio	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 32.151,89	R\$ 32.151,89	Finalizada



PREFEITURA DE
RIACHO DE SANTANA

6	Ampliação do Ginásio Esportes	Direta: Dispensa nº DV00041/2022	03110/2022	EMIDIO MACEDO LEMOS NETO EIRELI	34.050.041/0001-04	Recurso Próprio	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 31.947,97	R\$ 31.947,97	Finalizada
7	1ª Etapa da Urbanização do Acesso da Entrada do Município	Indireta Empreitada por Preço Global: TP nº 002/2017	180102-002	A.R. CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA	15.258.710/0001-93	841403/2016 - TURISMO	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 341.250,00	R\$ 335.665,38	Finalizado
8	Implantação de Sistema de Abastecimento D'Água na Zona Rural	Indireta	-	-	-	837693/2016 - FUNASA	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 300.000,00	-	Diligência de Projeto desde Março de 2020 Sem execução de Serviços
9	Reforma e ampliação de quadras poliesportiva no Município	Indireta Empreitada por Preço Global: T.P. nº 001/2018	181024-001	ATR VIANA CONSTRUTOR ALTA	30.610.589/0001-00	852723/2017 MINISTÉRIO DO ESPORTE	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 341.250,00	R\$ 340.086,21	Finalizada
10	Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Áreas Rurais	Indireta	-	-	-	CONVÊNIO SICONV 854500/2017 - FUNASA	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 1.000.000,00	-	Sem Projeto Sem execução de Serviços
11	Estradas Vicinais no Município	Indireta Empreitada por Preço Global: T.P. nº 004/2020	20200605-004	ENGETECH CONSTRUÇÃO S LTDA - EPP	22.594.815/0001-89	CONVÊNIO SICONV 843483/2017 - DNOCS	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 259.335,33	R\$ 127.317,03	Andamento
12	Reforma e Revitalização da Praça do Povo	Indireta Empreitada por Preço Global: Dispensa de Licitação nº 200604-001	200604001	A.R. CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA	15.258.710/0001-93	875980/2018 - TURISMO	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 271.076,19	R\$ 263.005,75	Finalizada

12	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares na Zona Rural	Indireta	-	-	-	896477/2019 - FUNASA	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 300.000,00		Projeto Básico na FUNASA aguardando análise
13	Aquisição de trator agrícola para desenvolvimento de atividades no Município					906049/2020 MDR	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 120.000,00		Paralizado pela inviabilidade financeira
14	Pavimentação de estradas rurais	Indireta Empreitada por Preço Global	1080596-66	ATR VIANA CONSTRUTOR ALTD A	30.610.589/0001-00	921608 - M. AGRICULTUR A	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 958.000,00		Andamento
15	Reforma e Ampliação da UBS Antônio Gabriel	Indireta Empreitada por Preço Global: Tomada de preços nº 002/2023	09180/202 3	M H F DE FREITAS EIRELI	14.148.901/0001-30	-	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08			Andamento

* Informar nesta tabela toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta, assim como toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, consento, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, etc.

LEGENDA:

Regime de execução: informar se a execução ocorreu por execução direta ou por execução indireta. No caso de execução indireta indicar também se a contratação ocorreu sob o regime de empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa ou empreitada integral.

Conveniente: informar o nome e o CNPJ da entidade beneficiada com a transferência de recursos.

Situação da obra: concluída, em andamento ou paralisada (considerar a data de 31 de dezembro do ano referente à prestação de contas).



Atuação da Controladoria Geral do Município nas Compras e Licitações

A lei de licitações (*lei nº 8.666/93*) atribui o controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos aos agentes de controle interno, conferindo-lhes a responsabilidade de demonstrar a legalidade e regularidade da despesa e execução dos instrumentos celebrados, mesmo que indiretamente. Inclusive os licitantes ou usuários de serviços públicos poderão representar contra irregularidades na aplicação da Lei de licitações, diretamente no órgão de controle interno, cabendo a este tomar as providências necessárias para demonstrar a legalidade e regularidade na execução da despesa, podendo solicitar cópia de edital, e, ao verificar inconsistência ou risco de prejuízo ao erário, podendo obrigar a Administração jurisdicionada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função de exame em autos, lhes forem determinadas pelo agente de controle interno.

Isso implica que nenhum processo de licitação ou ato convocatório poderá desobedecer às normativas de controle interno, ou deixar de receber auditoria, mesmo que seja por amostragem. Tudo isso está expresso nos artigos 113, 115 e 118 da Lei nº 8.666/93. A Controladoria Geral do Município, **manifestou formalmente em quase todos os processos de licitações**, quando necessário determinou a sua suspensão, correção e emitiu parecer de auditoria. O quadro abaixo demonstra os procedimentos de licitações devidamente auditados e atestados sua legalidade no exercício de 2023:

Ao todo foram:

- **97 Dispensas;**
- **49 Pregões;**
- **16 Inexigibilidades;**
- **02 Chamada Públicas;**

Cumprimento dos Prazos de Encaminhamento de Informações ao Tribunal Contas

O Município cumpriu com a exigência de envio dos instrumentos de planejamento conforme a Resoluções do TCE-RN, que dispõe sobre a remessa dos instrumentos de planejamento e das informações relativas à execução orçamentária e financeira, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios. Isso pode ser confirmado por não existir pendências detectadas em janeiro de 2023.

O Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação é bimestral em observância aos regramentos do § 3º do art. 165 da CF e do art. 52 da LRF, que determinam ao Poder Executivo dos entes federados a publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

CONTROLE DE FROTA

O uso e controle da frota municipal deverá observar, inicialmente, ao disposto na Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, com identificação com a marca oficial da Administração e ainda o que dispõe a Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, atualizada pela Lei Federal nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, conjugado com as normas do Conselho Nacional de Trânsito Brasileiro (CONTRAN).

A Controladoria Geral do Município **orientou que todos os veículos oficiais do Município, ou que estejam prestando serviços por meio de contratos, fossem identificados e cadastrados em sistema próprio**, estando submetidos às normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro.

FROTA DE VEICULOS - PREFEITURA DE RIACHO DE SANTANA/RN

Marca	Modelo	Ano	Placa	Chassi
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
VOLKSWAGEN	VW/15.190 EOD E HD ORE	2011	NOE-3598	95322882WXCR208786
MARCOPOLO / VOLARE	Micro onibus - Volare A6	2004	MYI-1714	93PB22C2M4C012598
IVECO	Iveco/City/Class 70C17	2012	OJZ-1840	93ZL68CO108446215
IVECO	Iveco/City/Class 70C17	2012	OTJ-8165	93ZL68CO108442868
VOLKSWAGEN	Iveco/City/Class 70C17	2012	OJZ-1830	93ZL68CO108447086
VOLKSWAGEN	VW/15.190 EOD E HD ORE	2022	RGM8A46	9532E82WXP005654

Marca	Modelo	Ano	Placa	Chassi
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
FIAT	FIAT/DUBLO MODIFICAR AB1 - AMBULANCIA	2010	NNV-4952	9BD223153A2017819
FIAT	FIAT/PALIO FIRE	2014	OJU-3692	9BD17122LE5907708
FIAT	FIAT/PALIO FIRE	2015	QGE-3637	9BD17122ZG7563018
FIAT	FIAT/PALIO FIRE	2015	QGE-3647	9BD17122ZG7563047
VOLKSWAGEN	VW/GOL 1.0L MC4	2018	QGN-2757	9BWAG45U1KT022177
MITSUBISHI	MMC/ L200 TRITON SPT GL	2018	QGP-2454	93XLJKL1TKCJ11233
VOLKSWAGEN	VW/ NOVA SAVEIRO MODIFICAR AB1 - AMBULANCIA	2018	QGO-0635	9BWKB45U1JP090425
FIAT	FIAT/MOBI MODIFICAR AB1 - AMBULANCIA	2018	QGP-1329	9BD2651JHK9114432
FIAT	FIAT/MOBI WAY	2016	QGF-9666	9BD341A6NHB428137
VOLKSWAGEN	VW/GOL MPI	2022	RGL0J20	9BWAG45U3PT080430
FIAT	FIAT/PALIO WK ATRAC 1.4	2013	OWC7533	9BD373121E5049739
CHEVROLET	CHEV/SPIN 18L AT PREMIER	2022	RNG1G87	9BGJP7520NB199933
VOLKSWAGEN	VW/GOL MPI	2022	RGK7F04	9BWAG45UXPT003313
RENAULT	RENAULT/MASTER MARIM PAS	2022	OJY6E78	93YF62003PJ316467
FIAT	FIAT/ARGO DRIVE 1.0	2022	RGM9G26	9BD358AFNNYL82645
VOLKSWAGEN	VW/GOL MPI	2022	RGK7E94	9BWAG45UXPT003327
FIAT	FIAT/TORO ENDUR 4X4	2022	RGM4H38	9882261PNNKE52111

Marca	Modelo	Ano	Placa	Chassi
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				



M.BENS	M.BENS/ATRON 2729 K 6X4	2013	OWE-6740	9BM693388DB931376
INTERNACIONAL	INTERNATIONAL/4400P7 6X4	2013	OWE-1038	978MSTBT0ER095744
NEW HOLLAND	TRATOR 4X4 TL95E	2011		2BCB85784
NEW HOLLAND	TRATOR 4X4 TL95E	2011		ZACB74518
VALTRA	TRATOR 4X4	2010		A850287585
NEW HOLLAND	MOTONIVELADORA	2013		HBZNO14JDAF02285
CATREPIAR	RETROESCAVADEIRA	2013		TMFG06356
HYUDAI	PÁ CARREGADEIRA			
NEW HOLLAND	TRATOR 4X4 TT4.75			NH1548052
GM	CHEVROLETT - D-20	1993	MMN-3580	9B6244ZAPPC22518
GM	PRISMA JOY	2009	NNS-0340	9BGRJ6910AB222930

Marca	Modelo	Ano	Placa	Chassi
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL				
FORD	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2009	NNV-8460	9BFZF55P1A8013759
FIAT	FIAT/PALIO WK ATTRAC 1.4	2013	OWC-7533	9BD373121K5049739

Consta registrar em conformidade com informações obtidas através da Secretaria de transportes, que todos os veículos supracitados estão em plena atividade e pertencem ao município.

Ações da Controladoria Geral do Município para 2024/2025

- ✓ Atualizar a regulamentação sobre atuação do gestor e fiscal de contratos;
- ✓ Realização do tombamento do patrimônio público;
- ✓ Criar o programa de capacitação continuada dos agentes públicos que atuam nos procedimentos de compras e licitações e nas linhas de defesas;

Considerações Preliminares

A Controladoria Geral do Município, constitucionalmente, não está credenciada para fazer julgamentos, nem aplicar penalidades ou sanções aos agentes públicos, cabendo esta função ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário. Mas, se suas orientações forem seguidas, certamente evitarão a condenação dos agentes públicos e dos servidores em geral nessas instâncias. As ações de fiscalização do órgão de controle e sua existência não estão condicionadas às vontades dos Administradores, mas o seu funcionamento e aceitação têm que ser geral, pois, sozinho não corrige o que está irregular, tem que haver vontade coletiva e entendimento que o objetivo maior é melhorar a qualidade das informações e dos serviços públicos que são levados aos cidadãos.

Neste relatório destacamos a realidade administrativa enfrentada por um Controlador Municipal, na tentativa de cumprir com o seu papel de órgão fiscalizador e guardião das informações necessárias a fiscalização externa. No desenvolver das atividades de controle, ao verificar alguma ineficiência operacional, será feita notificação oficial aos responsáveis solicitando a sua regularização, tornando assim desnecessária a inclusão de tais fatos neste relatório.

Em resumo a Controladoria Geral do Município verificou os atos praticados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal em 2023, nos seguintes aspectos:

- ✓ Tempestividade e fidedignidade das informações enviadas a Controladoria Geral do Município, no exercício de 2023 foi eficaz, considerando que o domínio das informações foi satisfatório.

CONCLUSÃO

Diante das análises e conferências realizadas pela Controladoria Geral do Município, nas contas do exercício de 2023, quando constatou de forma conclusiva as seguintes ocorrências:

- 1) As informações e a documentação que fazem prova nas ações de auditoria quando requeridas pela Controladoria Geral do Município, foram atendidas de forma satisfatória;
- 2) O Município aplicou de forma correta os recursos do FUNDEB, sendo gastos com os profissionais da educação básica no exercício de 2023 o percentual de 80,59% dos recursos recebidos do FUNDEB, sendo atendido o mínimo exigido no inciso XI do art. 2012-A da CF/88;
- 3) Nas disponibilidades financeiras em 31/12/2023, a Controladoria Geral do Município deu por “regular” os restos a pagar no exercício de 2023, fazendo cumprir o disposto no inciso II do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- 4) Avaliação das Metas Previstas na Lei Orçamentária se apresenta eficiente quando analisado a realização da receita estimada, que atingiu R\$ 24.619.932,18, correspondendo a 77,54% do total estimado para o ano, quanto a execução orçamentária da despesa foi de R\$ 24.592.761,82, representando um percentual de execução de 75,84%, demonstrando um grau moderado de eficiência moderada na execução orçamentária;
- 5) A Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial demonstra um superávit financeiro, demonstrando equilíbrios financeiro;
- 6) Os gastos com Pessoal do Poder Executivo no exercício de 2023 apresenta um valor que corresponde a um percentual de 43,26% da RCL. Considerado regular;
- 7) A aplicação no ensino no ano de 2023 foi considerado regular por atender o limite mínimo exigido pela legislação;
- 8) Os gastos nas ações da Saúde no exercício de 2023 foi considerado regular por atingir o mínimo exigido pela legislação;

9) Atuação da Controladoria Geral do Município nas Compras e Licitações foi efetiva, emitindo parecer de auditoria em quase todos os processos, ocorreram no exercício de 2023, o total de 167 (cento e noventa e cinco) processos instaurados.

PARECER

Pela documentação analisada, pelos procedimentos operacionais que foram objeto de verificação e com base nos relatórios simplificados recebidos da Contabilidade Geral do Município, pronunciamos de forma conclusiva pela "**APROVAÇÃO TOTAL DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023**".

Destaca-se, por fim, quanto ao trabalho da Controladoria Geral do Município no exercício de 2023, foi apresentado relatórios e atividades desenvolvidas, com apontamentos realizados e notificações efetuadas e atendimento total em conformidade com as regras definidas pelo processo de prestação de contas anuais.

É nosso entendimento.

Prefeitura Municipal de Riacho de Santana - RN, 23 de abril de 2023.

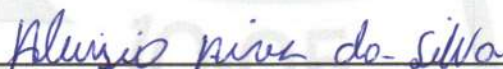
DESPACHO

Manifestamo-nos de acordo com proposição supra. Encaminhe-se os autos a Unidade de Origem.

Unidade Central de Controle Interno, em 23/04/2024.

Aluizio Aires da Silva

Controlador Geral
Portaria. 010/2021



ALUIZIO AIRES DA SILVA
Controlador Geral do Município